



Concelho de Sardoaal



2021-2024

PLANO DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

<i>Índice</i>	
Nota introdutória	3
Enquadramento metodológico	4
Objetivos do Plano de Desenvolvimento Social	10
Resultados do Plano de desenvolvimento Social	10
Orientação estratégica	11
Linhas orientadoras do Plano de desenvolvimento Social	11
Análise SWOT do concelho, na perspetiva social	14
Eixos de intervenção	17
Análise dos eixos de intervenção	18
Eixo 1 - Família	18
Eixo 2 - Educação	21
Eixo 3 - Qualificação e Emprego	23
Eixo 4 - Habitação, Urbanismo e Reabilitação	25
Eixo 5 - Terceira Idade e Envelhecimento	27
Eixo 6 - Equipamento	28
Eixo 7 - Saúde	29
Avaliação	32
Bibliografia	33

Nota Introdutória

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS), enquanto instrumento referencial e orientador no estabelecimento de condições operativas e qualitativas para o desenvolvimento de políticas municipais esclarecidas e concertadas no quadro do Programa Rede Social, foi considerado pelo Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, como um instrumento obrigatório e vinculativo.

Considerou-se oportuno, uma nova análise ao Plano de Desenvolvimento Social, pois este não é inalterável, pelo contrário deve ser passível de sofrer ajustamentos, sendo que a sua flexibilidade deve permitir a inclusão de novas iniciativas, e simultaneamente evitar a sobreposição de algumas respostas.

A montagem estratégica deste Plano partiu de uma consciencialização coletiva dos estrangulamentos e das potencialidades que o concelho comporta, a qual mobilizou um vasto número de atores sociais e de representações institucionais.

Subjacente à produção deste documento está o objetivo de, por um lado enraizar hábitos de trabalho planificado e, na medida em que envolve vários tipos de parceiros que atuam em áreas diferenciadas, desenvolver intervenções integradas. Por outro lado, ao fomentar a participação e a responsabilização dos vários atores locais na identificação das necessidades e no reconhecimento dos recursos do seu meio, pretende-se que as comunidades locais assumam o seu papel de protagonistas na definição de soluções para os seus problemas.

Sendo um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção de respostas às necessidades individuais e coletivas, incluindo uma vertente corretiva e preventiva das situações de precariedade, o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Sardoaal traça o retrato de uma situação realista, para um período de vigência de três anos, 2021 a 2024.

Este documento privilegia tal como os anteriores, uma estratégia de desenvolvimento local assente na rentabilização de recursos técnicos e financeiros, na capitalização



institucional e organizacional, geradora de impactos ao nível da empregabilidade, fixação de recursos humanos e qualificação do território.

Neste Plano definem-se metodologias, estratégias, orientações, propostas, projetos e ações, cuja implementação e execução permitem a operacionalização dos objetivos.

É de salientar que ao longo de todo o percurso da Rede Social, foi notório um maior envolvimento dos parceiros locais, ao nível da participação, responsabilidade e cooperação.

O Plano de Desenvolvimento Social estrutura-se em sete eixos estratégicos de intervenção, que refletem um conjunto transversal de problemáticas, de forma a serem definidas estratégias de atuação, para cada eixo de intervenção, nomeadamente:

- I - Famílias**
- II - Educação e Cidadania**
- III- Qualificação e Emprego**
- IV- Habitação, Urbanismo e Reabilitação**
- V- Terceira Idade e Envelhecimento**
- VI- Equipamentos Sociais**
- VII- Saúde**

Enquadramento Metodológico

O Plano de Desenvolvimento Social de Sardoal, é um documento que resulta da discussão e da experiência do Conselho Local de Ação Social de Sardoal (CLASS), criado no âmbito do programa da Rede Social neste Concelho.

Neste sentido, longe de se pretender apresentar um documento académico, optou-se por fornecer um instrumento de trabalho.

A construção do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Sardoal, parte de princípios/pressupostos da noção de Desenvolvimento Social, traduz-se num instrumento de intervenção, construído a partir da efetivação do trabalho de parceria e cujas ações se conjugam em duas vertentes interligadas:

- a) Minimização e/ou resolução dos problemas prioritários;
- b) Prevenção de novas situações - problema, de forma a promover o desenvolvimento social local, que se configura por uma melhoria substancial das condições de vida da população.

É nesta linha de ação que o Plano de Desenvolvimento Social, delimita as suas linhas estratégicas de intervenção, procura fazê-lo numa lógica de enquadramento Nacional/Local, viabilizando a construção de um plano integrado na sua dimensão vertical, isto é, orientado, designadamente pelas diretrizes definidas nacionalmente, que pretendem a minimização de situações de exclusão social e promover processos de integração social na sociedade portuguesa. Apesar da conjuntura económica desfavorável que se atravessa a nível nacional e internacional, pretende-se continuar a avançar no planeamento estratégico de adequar crescimento económico e bem-estar social.

O Plano de Desenvolvimento Social, tratando-se de um exercício de apoio à intervenção, surge como um instrumento que deverá ter como resultado a identificação (para cada eixo em análise), dos objetivos gerais e específicos que se pretendem atingir num espaço temporal de três anos, assim como as estratégias e



ações que traduzem os caminhos a percorrer para a sua concretização e consequente sucesso do plano delineado.

Por outro lado, e para que estes sejam concretizáveis, será também essencial identificar os recursos humanos, materiais e financeiros de que as entidades promotoras e parceiros dispõem para a concretização dos objetivos pré-definidos.

É desejável que exista uma articulação entre o Plano de Desenvolvimento Social e outros instrumentos de Planeamento e Programas Nacionais (onde se incluem os Programas Operacionais Financeiros da União Europeia) e locais. Esta articulação permite por um lado favorecer a rentabilização de esforços e recursos afetados e por outro, evita que as linhas orientadoras definidas neste Plano entrem em contradição ou se sobreponham a outros planos. Atuando desta forma é possível estabelecer complementaridades, compensando e prevenindo consequências que as transformações por eles geradas possam ter ao nível da realidade social do concelho, sobretudo ao nível das populações mais vulneráveis.

Assim, o Plano de Desenvolvimento Social, constitui-se como sendo um documento que ultrapassa a dimensão descritiva dos problemas, forças/oportunidades, fraquezas/ameaças do Concelho, planifica um conjunto de ações, delimitando para o efeito as finalidades, objetivos, estratégias de ação e atividades concretas a serem operacionalizadas a partir da articulação com outros programas/projetos. Com o objetivo central na rentabilização/mobilização dos recursos locais, face à minimização e prevenção das problemáticas consignadas prioritárias aquando da construção do Diagnóstico Social, tendo contudo a clara noção que, sendo o social complexo, o Plano de Desenvolvimento Social deverá ser construído numa base realista, isto é, exequível na medida em que, passa-se de um nível de conhecimento, obtido através do estudo-diagnosticsado, para um nível de decisão em que são feitas opções, em que se definem orientações e cenários de transformação da realidade social numa perspetiva de Desenvolvimento Social Local.

De referir que, será sustentado pela elaboração de Planos de Ação, que permitirão concretizar a efetiva realização das diferentes atividades delineadas. O que significa,

que o Plano de Ação deverá ser anualmente sujeito a análise, tendo de forma interligada as seguintes finalidades:

- a) Coresponsabilizar os parceiros, envolvendo-os ativamente na disponibilização de recursos;
- b) Credibilizar e/ou garantir a dimensão temporal na realização concreta das ações, procedendo-se para o efeito a construção do cronograma/calendarização;
- c) Orientar a condução efetiva das ações, de forma a que, através da avaliação formativa/ contínua se possa, caso se considere necessário, (re)estruturar os modos de implementação das ações traçadas.

A adesão ao Programa Piloto da Rede Social em 2003, e a elaboração de um Pré-Diagnóstico, seguido de um Plano de Diagnóstico Social do Concelho de Sardoaal (2005), constituíram-se como um motor de atração e reforço de sinergias, ao nível das parcerias, com impactos bem visíveis na intervenção social do concelho.

O atual Plano de Desenvolvimento Social assume, tal como o anterior, a importância de uma visão integrada na perspetiva do planeamento estratégico, como contributo para uma sociedade mais solidária, humana, mais justa e competitiva, por forma a reduzir as assimetrias económicas e sociais existentes no território.

O Plano de Desenvolvimento Social é definido como um *“Fórum de articulação e congregação de esforços baseados na adesão por parte das autarquias e das entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos que nela queiram participar”*, enquanto medida de política social, tem como objetivo combater a pobreza e exclusão social na promoção do desenvolvimento social e tem como princípios orientadores:

- Responsabilidade Partilhada - todo o processo, desde a construção, acompanhamento, execução e avaliação deverá ser partilhada por todas as entidades no CLAS;
- Capacidade de Influenciar as Políticas Nacionais - o Plano de Desenvolvimento Social deverá conter as orientações definidas pelos organismos nacionais nas políticas sociais, assim como reunir mecanismos de avaliação e informação, de

forma a captar financiamentos definidos a nível regional, nacional e internacional;

- Adequação e sustentabilidade - a intervenção de carácter estruturante e estruturador, deverá responder eficazmente às áreas prioritizadas, sendo estas um motor de reforço e consolidação da intervenção nos vários domínios sociais;
- Transparência e Responsabilização na Execução - a entidade coordenadora e equipa responsável pela execução das várias ações previstas no Referencial, deverão periodicamente monitorizar o grau de desenvolvimento do projeto.

De acordo com o programa Rede Social, pressupõem-se a adoção de uma metodologia de planeamento integrado e participado, que se consubstancia no Plano de Desenvolvimento Social, orientando-se, segundo o *decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho*, pelos seguintes princípios:

- Princípio da Subsidiariedade - implica o reconhecimento de que as decisões são tomadas ao nível mais próximo das populações e só depois de explorados todos os recursos e competências locais se apela a outros níveis sucessivos de encaminhamento e resolução de problemas;

- Princípio da Integração - apela ao desenvolvimento de intervenções integradas, promovendo a congregação dos recursos da comunidade de forma a se obter uma resposta mais eficaz aos problemas;

- Princípio da articulação - pressupõe o trabalho em parceria, numa lógica de cooperação e partilha de responsabilidades entre os diferentes intervenores sociais;

- Princípio da participação - implica o envolvimento dos atores sociais e das populações, principalmente das mais vulneráveis e a extensão a todas as ações envolvidas;

- Princípio da inovação - requer mudança de atitudes e de culturas institucionais e a aquisição de novos saberes, no desenvolvimento do trabalho em parceria, face às novas problemáticas e alterações sociais;

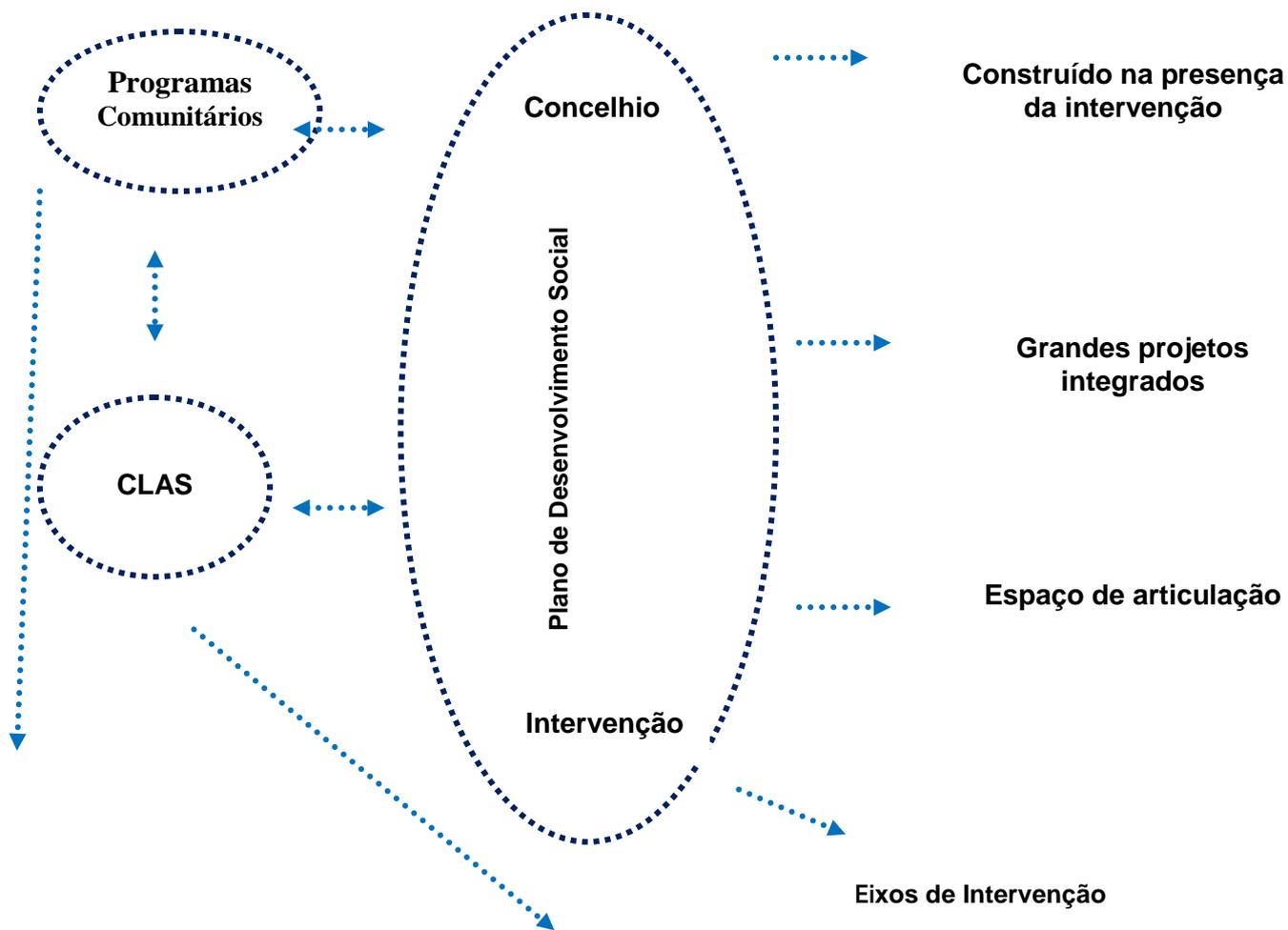
- Princípio da igualdade de género - contempla ao nível do planeamento e intervenção, a integração da dimensão de género, quer nas medidas e ações, quer na avaliação do impacto.

Na Rede Social de Sardoal, desde sempre foi consenso geral que a construção do processo de planeamento para o desenvolvimento social local deveria assentar numa participação contínua, constante e o mais abrangente possível de todos os “*stakeholders*” municipais. Tentou-se que assim fosse desde o início, sendo objetivo, que esta participação e envolvimento efetivos na construção deste projeto coletivo fosse, ainda mais abrangente e aprofundada no processo de construção do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho.

Com base numa metodologia de investigação/ação, procura-se um conhecimento sistematizado e articulado dos problemas sociais, das fragilidades e vulnerabilidades do tecido social e das necessidades e áreas temáticas de intervenção ao nível do planeamento e política social, tais como:

- Famílias;
- Educação e Cidadania;
- Qualificação e Emprego;
- Habitação, Urbanismo e Reabilitação;
- Terceiro Idade e Envelhecimento;
- Equipamentos Sociais;
- Saúde.

O processo de planeamento caracterizado pela investigação e reflexão com fins operativos e sentido programático, tem como finalidade definir uma intervenção territorializada, participada e integrada com vista ao desenvolvimento social. Documento dinâmico, de informações cumulativas em permanente atualização, constantemente “alimentado” no decorrer de todo o processo, de forma a estabelecer estratégias de intervenção, com vista a uma planificação integrada.



- Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;
- Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação;
- Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes.

- Eixos de Intervenção**
- I - Famílias
 - II - Educação e Cidadania
 - III - Qualificação e Emprego
 - IV - Habitação, Urbanismo e Reabilitação
 - V- Terceira Idade e Envelhecimento
 - VI - Equipamentos Sociais
 - VII - Saúde

Esta lógica de intervenção enquadra-se na filosofia da Rede Social, através da articulação/cooperação entre os sectores público e privado, da ação multisectorial e multi-institucional, numa perspetiva integrada e ainda, da participação e corresponsabilidade dos grupos e comunidades locais, por forma a rentabilizar recursos e potencialidades.

A elaboração do diagnóstico pressupõe a operacionalização dos seus resultados, traduzidos estes no Plano de Desenvolvimento Social, com o objetivo da definição de políticas para a futura intervenção social no Concelho.

Realizaram-se reuniões de trabalho do Núcleo Executivo, com a finalidade de analisar de forma interdisciplinar, os conteúdos específicos de cada área temática, tendo-se para o efeito, definido indicadores orientadores de uma primeira abordagem à realidade social, com o objetivo de compreender a incidência dos problemas e a sua vulnerabilidade. Indicadores esses, que foram sendo ajustados ao longo do processo de investigação-ação, mediante constrangimentos, potencialidades, propostas, oportunidades e ameaças.

❖ **Objetivos do Plano de Desenvolvimento Social:**

- Contratualização dos parceiros para atividades, recursos e interesses comuns;
- Convergência das intervenções e dos recursos localizados nas grandes prioridades diagnosticadas;
- Compromisso das instituições e das parcerias para objetivos comuns;
- Guião orientador para a definição de futuras intervenções;
- Definição de regras e procedimentos para a intervenção concertada em parceria;
- Identificação dos grandes projetos estruturantes para a promoção do desenvolvimento social do Concelho;
- Organização das atividades das instituições, num quadro coerente - o Plano de Desenvolvimento Social;
- Produzir conhecimento da realidade concelhia.

❖ Resultados do Plano de Desenvolvimento Social

- Definir um Plano de Desenvolvimento Social orientado para as políticas sociais;
- Conceber as linhas estratégicas e ações a implementar e a sua programação no tempo e no espaço;
- Avaliar as respostas existentes a nível institucional e comunitário no Concelho;
- Avaliar situações de exclusão e vulnerabilidade social;
- Programas Comunitários.

❖ Orientação Estratégica

Foram definidos 7 eixos de Intervenção e respetivos objetivos:

- I- Famílias
- II - Educação e Cidadania
- III - Qualificação e Emprego
- IV - Habitação, Urbanismo e Reabilitação
- V- Terceira Idade e Envelhecimento
- VI - Equipamentos Sociais
- VII - Saúde

Foram priorizados os problemas dentro de cada uma das problemáticas, os resultados da aplicação deste instrumento foram discutidos e validados no seio do grupo. E, foram ainda discutidos e validados os objetivos estratégicos e objetivos específicos para cada área de intervenção, tendo por objetivo combater os problemas previamente priorizados.

Como se pode verificar por esta pequena exposição sobre a metodologia utilizada, ela sempre teve como objetivo omnipresente, o apelo à participação e à consensualização, procurando construir mais do que um plano, uma base sólida que permita uma ação coletiva concertada, cooperante e eficaz das instituições parceiras CLAS, na tentativa de resolução dos problemas do Concelho de Sardoal.



Contudo, a metodologia, os objetivos, a estratégia, os recursos, os projetos e as ações, constituem algumas das ferramentas de trabalho da Rede Social que permitem cumprir a função do Plano de Desenvolvimento Social: a promoção do Desenvolvimento Social Local.

Linhas Orientadoras do Plano de Desenvolvimento Social

O Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento estruturante, de deliberação, onde se inscreve um projeto comum de mudança.

Um plano estratégico com a durabilidade de três anos no qual se definem as estratégias de intervenção, bem como os objetivos a alcançar. É uma ferramenta de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local. Pode dizer-se que este instrumento traça o retrato de uma situação social desejável, mas também realista do Concelho onde vai ser implementado, incluindo uma programação das etapas e das estratégias a desenvolver para alcançar essa situação.

Sendo um instrumento que organiza um processo de mudança, mas que também é catalisador de um processo de mobilização de energias e recursos. Deve, pois, ser um processo participado, negociado e contratualizado com os parceiros, assegurando-se a viabilidade e a concretização do mesmo.

Poderá estabelecer complementaridades, prevenindo e compensando consequências que as transformações por eles geradas possam ter ao nível da realidade social do concelho e, designadamente das populações mais vulneráveis.

Os objetivos do Plano de Desenvolvimento Social são: a procura dos consensos possíveis sobre os sistemas que persistem e sobre os quais se deverá ter uma intervenção multissetorial, dinâmica, inovadora, contribuindo para a atenuação e/ou prevenção dos problemas; servir de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social local, e por isso insere-se num processo de planeamento estratégico que procura dar resposta às problemáticas inerentes.



Como tal, corresponde a uma série de princípios, fundamentados com os princípios da Rede Social, nomeadamente:

- Responsabilidade partilhada, ou seja, o processo deve ser partilhado por todos, ainda que de forma diferenciada, tendo em consideração as competências e âmbito de ação das diversas parcerias implicadas;
- Complementaridade e coordenação;
- Adequação e sustentabilidade, onde toda a intervenção deve ter um carácter estruturante e estruturador, que responda efetivamente às necessidades prioritárias e que seja motor de processos de inovação e consolidação da intervenção, nos diversos níveis do social;
- Capacidade de integrar as diversas orientações emitidas pelos meios nacionais, no que respeita às políticas sociais;
- Igualdade de oportunidades, ou seja, a intervenção a desenvolver deverá integrar mecanismos que garantam as mesmas oportunidades a todos os cidadãos.

Contudo, o Plano de Desenvolvimento Social é uma oportunidade para a produção de inovação resultante da possibilidade de “inventar soluções” e gerar recursos. Isto não significa a construção de equipamentos, mas sobretudo a criação de novas modalidades de resposta, através de estruturas e dinâmicas já existentes. Devendo ser realista, propondo-se apenas objetivos concretizáveis.

Análise SWOT do Concelho, na perspetiva Social

Foi também aplicada a análise SWOT, em cada um dos domínios temáticos, quer através da síntese diagnosticada, efetuada a partir de cada um dos domínios, quer de uma forma interdisciplinar e intersectorial, dos Grupos de Trabalho, com a finalidade de se obter uma informação objetiva da realidade.

Através da análise SWOT, procedeu-se a uma análise do concelho, evidenciando um conjunto de aspetos característicos, seguidamente descritos e sistematizados, através da apresentação dos fatores internos, isto é, das suas forças e fraquezas e dos fatores externos, sob o ponto de vista das principais oportunidades e ameaças.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> - Tendência para o crescimento do número de jovens a frequentar sistemas de qualificação profissional; -Intervenção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ); - Respostas ao nível da educação pré-escolar, do prolongamento do horário, contribuindo para o desenvolvimento socioeducativo das crianças e consequente conciliação da vida das pessoas, familiar e profissional das famílias; - Boa articulação entre os/as técnicos/as dos Serviços e das Instituições; - Crescente investimento ao nível de equipamento TIC (tecnologias de informação e comunicação) e conectividade à internet, nos estabelecimentos escolares, nas bibliotecas e outros espaços para os munícipes em geral (espaço internet); - Loja Social; - Riqueza Patrimonial e Cultural do Concelho; - Universidade Sénior; - Programa Municipal de Apoio à Natalidade; - Programa abem - Rede Solidária do Medicamento; - Equipa multidisciplinar de intervenção na área social, com relevância para o trabalho em parceria; - Rendimento Social de Inserção; 	<ul style="list-style-type: none"> - Crescente aumento da taxa de desemprego; - População desempregada constituída maioritariamente, por indivíduos com baixas qualificações escolares e profissionais, apresentando maiores dificuldades de reintegração profissional; - Fraca atividade económica; - Desajuste entre mão-de-obra disponível e as necessidades do mercado de trabalho; - Ausência/falta de competências parentais, por parte de alguns grupos da população; - Cobertura deficitária das respostas sociais, particularmente, terceira idade, pessoas em situação de dependência; - Dificuldades financeiras dos agregados familiares; - Fraca adequação dos circuitos, horários e custos da rede de transportes públicos; - Situações de alcoolismo e de problemas ligados ao consumo de álcool; - Fraco desenvolvimento ao nível da oferta de percursos formativos profissionalizantes de qualidade e com melhor grau de empregabilidade; - Falta de habitação social e/ou habitação a custos controlados; - Existência de idosos isolados;

<ul style="list-style-type: none">- Instituições de apoio ao idoso;- CLDS 4G - Contratos Locais de Desenvolvimento Social- Transferência de competências das áreas da educação, saúde e ação social;- Estratégia Local de Habitação;- Refeições Gratuitas;- Gabinete de apoio ao Empresário;- Projeto “Oficina dos Reformados”, pequenas reparações domésticas ao domicílio, para reformados ou pensionistas com idade igual ou superior a 65 anos de idade que apresentem carências económicas;	<ul style="list-style-type: none">- Fraco apoio das famílias aos seus idosos;- Resistência dos idosos a sair do seu ambiente;- Insuficiência de equipamentos no âmbito da valência ERPI de apoio a pessoas idosas;- Baixas qualificações (analfabetismo);- Falta de equipamentos de apoio que dêem resposta à população deficiente;- Dificuldades na acessibilidade/mobilidade aos equipamentos;- Existência de barreiras arquitetónicas para a mobilidade de pessoas ao nível de cadeira de rodas e carrinhos de bebé;- Fraca adesão ao voluntariado;- Fraca ou inexistente oferta habitacional para arrendamento;- Fraca oferta habitacional para aquisição de habitação própria e permanente;
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Existência de políticas comunitárias e nacionais para o combate à pobreza e exclusão social, numa lógica de articulação entre emprego, formação e desenvolvimento social; - Portugal 2030, como importante instrumento financeiro de suporte e de enquadramento à concretização concertada de projetos e que dispõe de um diversificado leque de programas de apoio ao desenvolvimento social local; - Incentivos nacionais e comunitários para a criação do próprio emprego/Empreendedorismo; - Localização geográfica do Concelho; 	<ul style="list-style-type: none"> - Crise económica geradora de instabilidade nos vários grupos sociais; - Elevado custo de rendas e de habitações; - Isolamento e envelhecimento da população; - Tendência para inatividade física/cognitiva e social da população idosa; - Desmotivação das pessoas para investir no aumento das suas competências; - Despovoação das zonas centros e interior, por parte dos jovens; - Crise no emprego.

Eixos de Intervenção

Os eixos de intervenção do Plano de Desenvolvimento Social são o resultado da sedimentação de sugestões e análises em sede de reunião de trabalho com os parceiros do CLAS, que permitiram detetar áreas e domínios onde as fragilidades e dificuldades surgem como mais evidentes.

Estas sugestões, discussões e análises foram, por seu turno, baseadas numa proposta de eixos, objetivos gerais, objetivos específicos, resultados, atividades, e indicadores de avaliação para o Plano de Desenvolvimento Social, elaborado em função das necessidades identificadas e na perspetivação das mesmas em função da respetiva articulação com outros programas e Planos, de âmbito regional ou nacional.

O Plano de Desenvolvimento Social de Sardoal, almeja-se contribuir, não apenas para a valorização e a rentabilização dos recursos endógenos concelhios, mas ainda, para a captação de recursos exógenos.

Desdobra-se em cinco níveis hierárquicos de organização:

1. Eixos de Intervenção, que identificam e organizam os grandes domínios de atuação que o Plano de Desenvolvimento Social ambiciona enquadrar numa perspetiva do desenvolvimento desejado para o Concelho;
2. Objetivos Gerais, que representam campos específicos de intervenção, que podem/devem ser trabalhados pelas entidades parceiras, no sentido de se alcançarem as determinações aos Eixos;
3. Objetivos Específicos, que contribuem para atingir um objetivo geral e procuram apontar para as ações concretas a realizar e a identificar, devendo ser realistas e exequíveis;
4. Metas, que indicam a quantificação ou temporização dos objetivos a atingir;
5. Indicadores, que fornecem evidências concretas dos resultados e da realização dos objetivos do projeto.

Assim, as áreas de família; educação e cidadania; qualificação e emprego; habitação; urbanismo e reabilitação; terceira idade e envelhecimento; equipamentos sociais e saúde, foram os domínios identificados como mais problemáticos.

Análise de Eixos de Intervenção

Eixo 1 - FAMÍLIA

Na **família**, as crianças são um dos grupos mais vulneráveis a situações de pobreza e exclusão social, nomeadamente as vítimas de abandono, trabalho infantil, negligência e maus tratos e exposição a modelos de comportamento desviante. Integram um grupo social em risco de exposição a situações que comprometem o seu pleno desenvolvimento e bem-estar. As problemáticas inerentes às crianças e jovens prendem-se com a disfuncionalidade das famílias e défice de competências parentais e situações de negligência de alguns pais para com os seus filhos. A violência doméstica, resultado de agressão física, psicológica ou verbal ao companheiro ou companheira, afeta toda uma família. É objetivo atenuar ou combater estes comportamentos de risco nas famílias.

Eixo 1: Famílias

Objetivo Geral	Concretização das orientações gerais		
	Objetivos Específicos	Metas a atingir	Indicador
Promover a melhoria das condições de vida das famílias	Criar mecanismos que permitam colmatar necessidades de famílias/indivíduos em risco de exclusão.	- Beneficiários do RSI integrados em planos de integração; - Conhecer e acompanhar novas famílias carenciadas no Concelho, para uma intervenção atempada.	- Número de beneficiários do RSI integrados em contratos de emprego inserção +. - Número de famílias carenciadas acompanhadas.
			- Número de pessoas

	<p>Consolidar o projeto de reorganização de base domiciliária e comunitária que assenta nos cuidados de saúde, apoio psicológico e social de proximidade</p>	<p>- Garantir que todas as pessoas que procurem ou necessitem deste apoio obtenham respostas integradas, articuladas, diferenciadas e de proximidade às suas necessidades.</p>	<p>acompanhadas; - Número de situações sinalizadas.</p>
	<p>Colmatar algumas das necessidades no âmbito dos bens essenciais.</p>	<p>Contribuir para uma melhor organização do Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas mais Carenciadas - FEAC/POAPMC</p>	<p>- Até 2024 famílias carenciadas do Concelho beneficiarem de bens alimentares provenientes da Loja Social e/ou do POAPMC</p>
	<p>Promover condições de vida das famílias</p>	<p>- Até final de 2019, melhorar os índices de gestão doméstica e aumentar as suas competências parentais de 30% das pessoas acompanhadas pelos serviços de Ação Social, em parceria com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sardoal, RLIS e CLDS-3G;</p>	<p>- Número de casos de sucesso</p>

<p>Atenuar as dificuldades económicas de famílias mais carenciadas</p>	<p>Disponibilizar bens e serviços essenciais à população em situação económica mais desfavorável.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A partir de 2021, aumentar a divulgação à população sobre as prestações sociais e outras oportunidades de apoio social; - A partir de 2021, aumentar o conhecimento por parte da população sobre a Loja Social, e dos programas de ajuda alimentar existentes no concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de pessoas/ famílias com dificuldades económicas, a usufruir das prestações sociais e dos apoios existentes no Concelho.
<p>Redução do número de pessoas em risco e/ou de elevada vulnerabilidade social</p>	<p>Prevenir comportamentos de risco e desviantes, aumentando o acompanhamento sistemático e articulado das pessoas em situação de risco ou de vulnerabilidade social</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar os níveis de proteção e atuação junto de 10% das crianças e jovens com processo de promoção e proteção; - Identificar as situações de violência doméstica no concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de casos sinalizados.
<p>Promover/consolidar a parentalidade informada em contexto comunitário</p>	<p>Preparar as grávidas/casal para a parentalidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir que a grávida/casal adquira informações/conhecimentos/aprendizagens, que permitam à grávida/casal estabelecer relações de confiança facilitadoras do 	<ul style="list-style-type: none"> - Número total de grávidas/casais que frequentam a “Escola de pais”; - Número total de

		<p>processo de parentalidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitar os pais para a prestação de cuidados à criança até aos 36 meses de forma autónoma; - Capacitar a grávida/casal para a vivência da gravidez e do parto de forma ativa, e responsável contribuindo para um melhor desenvolvimento sócio emocional e cognitivo da criança. 	<p>grávidas/casais que frequentam pelo menos 75% das sessões programadas para o curso</p>
	<p>Promover a recuperação pós-parto das parturientes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar as puérperas para o conhecimento e o entendimento das alterações fisiológicas do pós-parto - Promover a prática de exercícios físicos adequados ao período de puerpério que ajudem a musculatura do pavimento pélvico e sua interação funcional com os músculos da parede ântero-lateral do abdómen, da prevenção da incontinência urinária no pós- 	<p>- Número de mães acompanhadas.</p>

parto e correção postural.

- Ajudar o regresso à forma física, com prevenção de complicações

Eixo 2 – EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação, continua a afigurar-se como uma das dimensões de intervenção centrais na sociedade portuguesa.

É necessário intervir ao nível das qualificações escolares e profissionais da população ativa, desempregados, jovens e futuros potenciais trabalhadores. O insucesso escolar afeta um número elevado de indivíduos, reduzindo-lhes as possibilidades posteriores de aceder ao mercado de trabalho qualificado e à sociedade, em condições que lhes garantam a plena integração e realização pessoais. A importância de uma boa educação e cidadania, de base, é fulcral para o avanço da sociedade.

Eixo 2: Educação e Cidadania

	Concretização das orientações gerais		
	Objetivos Específicos	Metas a atingir	Indicador
Objetivo Geral	Promover a qualidade de ensino à população escolar que revele Necessidades Educativas Especiais.	- Atingir o sucesso escolar e a adequação das respostas educativas para os alunos com Necessidades Educativas Especiais.	- Número de crianças com NEE inseridas no sistema normal de ensino.
Continuar a dotar as Escolas de 1.º Ciclo e Jardins de Infância do Concelho com	Dinamização das atividades de enriquecimento curricular a oferecer no 1º Ciclo.	- Continuação da dinamização das Atividades de Enriquecimento Curricular para todas as crianças do 1º Ciclo.	- Número de alunos a frequentar as AEC.

<p>respostas adequadas às necessidades das crianças/jovens e suas famílias, contribuindo para um aumento da motivação pela aprendizagem e valorização da escola.</p> <p>Harmonizar o funcionamento das escolas, com as necessidades das famílias através de programas específicos.</p>	<p>Responder às necessidades das famílias e garantir a ocupação das crianças com atividades lúdicas e pedagógicas, promovendo o seu bem-estar e segurança, no prolongamento de horário (CAF).</p>	<p>- Continuação da Componente de Apoio à Família no Pré-Escolar.</p>	<p>- Número de crianças a frequentar as atividades.</p>
<p>Proporcionar um acompanhamento psicopedagógico e orientações escolares no meio escolar.</p>	<p>Alunos devidamente apoiados e orientados vocacionalmente, no âmbito educativo e profissional.</p>	<p>- Manter o funcionamento do Serviço de Psicologia e Orientação.</p>	<p>- N.º alunos apoiados no SPO</p>

Disseminar a prática de voluntariado no Concelho.	Envolver a comunidade no desenvolvimento de voluntariado, valorizando as áreas culturais, sociais, recreativas e desportivas.	Até finais de 2021, promover atividades que apelem à dinamização do voluntariado e que contribuam para a promoção de competências pessoas, sociais, de cidadania, culturais, entre outros.	<ul style="list-style-type: none">- Número de pessoas envolvidas;- Números de ações/projetos dinamizados.
----------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Eixo 3 - QUALIFICAÇÃO E EMPREGO

Qualificação e Emprego, são dois termos a ter em conta presentemente na sociedade. O atual clima recessivo e de instabilidade económica que se está a viver no nosso país, exige do Estado, do Poder Local e dos diversos Agentes Sociais e Económicos, um grande esforço, para que sejam criadas condições necessárias para a promoção, manutenção do emprego ou de ofertas formativas. O emprego continua a assumir um papel determinante na vida das pessoas, funcionando como catalisador de um conjunto de benefícios para os indivíduos, permitindo-lhes suprir as suas necessidades de consumo, reforçar a sua valorização social e identitária, disciplinar o quotidiano e aceder a uma vivência de sociabilidade e partilha de experiências.

Eixo 3: Qualificação e Emprego

Objetivo Geral	Concretização das orientações gerais		
	Objetivos Específicos	Metas a atingir	Indicador
Aumentar o nível de qualificação escolar e profissional da população do concelho.	Fomentar as competências psicossociais para o emprego da população em situação de desemprego.	Até final de 2024, melhorar a competitividade da população em idade ativa, através da realização de formação, qualificação e certificação.	<ul style="list-style-type: none"> - Número de iniciativas no âmbito da promoção do emprego realizadas através do IEFP e CLDS-4G; - Número de pessoas integradas em cursos de formação profissional.

	Promover a requalificação da população desempregada e/ou ativa no Concelho.	Assegurar que 50% das pessoas em situação de défice de competências pessoais e profissionais participem, pelo menos num programa que assegure a sua formação.	<ul style="list-style-type: none"> - Número de participantes em ações desenvolvidas pelo CLDS-4G; - Número de formandos certificados.
Desenvolver projetos de criação de emprego.	Promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego.	Encaminhar pessoas na situação de desemprego para respostas locais sobre Programas de Apoio à Criação de Emprego.	<ul style="list-style-type: none"> - Número de pessoas encaminhadas; -Número de iniciativas no âmbito da promoção do emprego.
Integrar pessoas, em atividades socialmente necessárias, evitando um afastamento prolongado do mercado de trabalho e visando facilitar a sua reinserção.	Promover os CEI + e contratos de inserção emprego no Concelho.	Integrar a população desempregada e beneficiária de RSI do Concelho.	-Números de contratos de inserção e CEI + concretizados.

Eixo 4 - HABITAÇÃO, URBANISMO E REABILITAÇÃO

Intervir no mercado de trabalho com vista à reabilitação, requalificação e realojamento habitacional, torna-se um fator importante a designar no eixo da **habitação, urbanismo e reabilitação**. A supressão das barreiras arquitetónicas e urbanísticas nos edifícios públicos, equipamentos coletivos e via pública, torna-se elemento a eliminar, com vista à promoção de uma maior consciência, de modo a contribuir para uma melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos e não apenas das pessoas com mobilidade condicionada.

Eixo 4: Habitação, Urbanismo e Reabilitação

Objetivo Geral	Concretização das orientações gerais		
	Objetivos Específicos	Metas a atingir	Indicador
Melhorar e promover a qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiências motoras.	Identificar as barreiras arquitetónicas existentes no Concelho.	Até final de 2024, realizar um levantamento das barreiras arquitetónicas existentes no concelho.	- Número de barreiras arquitetónicas identificadas.
Levantamento do estado do parque Habitacional Social.	Avaliação do estado/ condições da habitação social propriedade da Autarquia.	- Até 2024, recuperação e requalificação das habitações propriedade do Município no âmbito da Estratégia Local de Habitação;	- Finalização das obras; - Elaboração e aprovação do Regulamento Habitacional Municipal.

		<ul style="list-style-type: none"> - Até 2024, elaboração do Regulamento Municipal Habitacional. 	
<p>Criar medidas para colmatar a necessidade de habitação no concelho.</p>	<p>Encontrar formas de colmatar as necessidades no eixo habitacional no Concelho (Estratégia Local de Habitação).</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Até final de 2024, requalificar habitações propriedade da autarquia e promover novos realojamentos no âmbito do arrendamento; - Até final de 2024, construir novas habitações de forma a colmatar esta forte problemática de carência habitacional Concelhia; - Até 2024, habitações inadequadas e indignas propriedade de terceiros, com candidatura para a sua recuperação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de habitações requalificadas propriedade da autarquia e colocadas no mercado de arrendamento; - Número de habitações requalificadas de propriedade privada, de habitação própria e permanente.

Eixo 5 - TERCEIRA IDADE E ENVELHECIMENTO

A população idosa, as suas necessidades principais e expectativas, constituem uma das preocupações centrais, no que diz respeito à intervenção social nas áreas da **Terceira Idade e Envelhecimento**. O número de idosos tem vindo a aumentar, em consonância com as transformações demográficas ocorridas no país, colocando novos desafios/problemas sociais, para os quais é necessário encontrar respostas eficazes. Com despesas de saúde elevadas, os problemas de saúde e habitacionais são preocupantes, socialmente isolados e desprovidos de suporte familiar. Torna-se prioritário melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas.

Eixo 5: Terceira Idade e Envelhecimento

Objetivo Geral	Concretização das orientações gerais		
	Objetivos Específicos	Metas a atingir	Indicador
Melhorar as condições de vida da população idosa, contribuindo para um envelhecimento ativo.	Dinamizar ações previstas pela Universidade Sénior de Sardoal e pelo CLDS 4 G	- Aumentar até 2024, em 5%, o número de Sêniores inscritos na USS, e até 2022 aumentar em 5% o n.º de Sêniores que participam nas atividades do CLDS 4G.	- Número de participantes; - Número inscritos;
	- Promover a inclusão social dos idosos, desenvolvendo o espírito de solidariedade, entreaajuda e convívio entre estes e a população em geral;	- Aumentar até 2024, em 5%, o número de Sêniores inscritos nos projetos promovidos pela UCC.	- Número de utentes com mais de 65 anos inscritos e que frequentam as sessões teórico/práticas; - Nº de utentes com mais de

- Prevenir o isolamento e a solidão dos idosos através do desenvolvimento de atividades coletivas, que encorajem a participação na e com a comunidade;
- Promover a autoestima;
- Promover a autonomia;
- Prevenir HTA, DCV e a obesidade pela redução do sedentarismo;
- Melhorar a funcionalidade física e motora pelo fortalecimento muscular;
- Promover a segurança dos utentes com mais de 65 anos, aumentando os seus conhecimentos relacionados

65 anos inscritos que frequentam pelo menos 50% das sessões teórico/práticas

	<p>com a prevenção de quedas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitar os utentes com mais de 65 anos sobre as medidas para a prevenção de quedas; - Promover a autonomia segura dos utentes idosos na realização das suas atividades de Vida diária; 		
<p>Recolher e conhecer o número real de situações de pessoas/ idosos que vivem sozinhos e/ ou isolados</p>	<p>Conhecer o número de idosos sozinhos e/ ou isolados, através da operação da GNR, “Censos Sénior”;</p>	<p>- Até finais de 2021, ter conhecimento do número real da população idosa que vive sozinha e/ou isolada, de forma a serem criadas as diligências/ intervenções para promover o seu bem-estar e segurança .</p>	<p>- Número de idosos sozinhos e/ ou isolados;</p> <p>- Medidas criadas para promover o bem-estar e a segurança desta população.</p>

Eixo 6 - EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Face ao impacto das alterações demográficas que se verificam, torna-se necessário perspetivar ações/meios que conduzam a uma melhor condição de vida, quer ao nível da melhoria e/ou criação de respostas sociais, quer ao nível da construção de **equipamentos sociais** que permitam responder às necessidades da população idosa/dependente, residente no concelho. É importante adequar a rede de equipamentos sociais às necessidades da população.

Eixo 6: Equipamentos Sociais

Objetivo Geral	Concretização das orientações gerais		
	Objetivos Específicos	Metas a atingir	Indicador
Criação de respostas sociais, equipamentos direcionados para a população idosa dependente no Concelho de Sardoal.	Iniciar até finais 2023, as instituições sociais do concelho - Associação de Assistência Domiciliária de Alcaravela e Santa Casa da Misericórdia de Sardoal vêm ampliadas as valências de ERPI	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da valência de ERPI da AADA; - Ampliação da valência de ERPI da SCMS. 	<ul style="list-style-type: none"> - Início dos projetos; - Número de vagas em ERPI criadas por cada instituição.

Eixo 7 - SAÚDE

A qualidade de vida, tendo como pilar básico a **Saúde** da população residente no concelho de Sardoal, considera-se fator importante, no sentido de garantir os cuidados de saúde aos idosos, crianças, jovens e população em geral do nosso concelho. Pretende-se promover ações e projetos destinados a crianças e jovens bem como à comunidade em geral.

Eixo 7: Saúde

Objetivo Geral	Concretização das orientações gerais		
	Objetivos Específicos	Metas a atingir	Indicador
Incentivar a prática de comportamentos alimentares saudáveis.	<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar a importância da fruta, na alimentação das crianças; - Ações de sensibilização e workshops sobre esta temática para a comunidade em geral 	<ul style="list-style-type: none"> - Manter o projeto “fruta escolar”, para todos os alunos que frequentam o 1.º Ciclo e o Jardim de Infância do concelho; - Sensibilizar para a alteração do comportamento alimentar em pelo menos 5% dos alunos inscritos no AES. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de alunos que consomem fruta; - Número de participantes nas ações desenvolvidas;
Manter a parceria entre a escola e o centro de saúde.	Manter o projeto “Escola Promotora de Saúde”, que visa a promoção da saúde dos	Manter a parceria entre a escola e o Centro de Saúde, de forma a promover o bem-estar das crianças/ jovens.	Número de alunos abrangidos pelo projeto.



	jovens e das famílias		
Incentivar a prática de comportamentos saudáveis.	Ensinar/motivar o doente/família diabético a adotar estilos de vida saudáveis para um melhor controlo da doença e, assim, prevenir o aparecimento de complicações futuras	- Realizar pelo menos um curso anual da DIABETES TIPO II – “DIABETES SAUDÁVEL”	- Número de cursos para diabéticos realizados; - Número de diabéticos presentes em, pelo menos, 4 sessões; - Número de diabéticos que na 6ª sessão tenham aumentado conhecimentos sobre a diabetes.



Subjacente a cada um destes domínios está um conjunto de problemas que devem ser trabalhados de forma articulada, no sentido em que, entre si existem relações de ligação, causalidade e reciprocidade. Com efeito, as intervenções planeadas têm sempre como pressupostos os problemas identificados em cada área temática, não podendo ser trabalhados de forma isolada, mas antes de forma articulada e concertada, com o objetivo de se contribuir para a atenuação da problemática da exclusão social.

É apresentado de seguida um quadro alusivo a cada domínio de intervenção, identificando os problemas, as finalidades e as potencialidades.

Quadro com domínios de intervenção

EIXOS DE INTERVENÇÃO	FINALIDADE	PROBLEMAS/NECESSIDADES	POTENCIALIDADES
Famílias	Acompanhamento psicossocial e apoio económico às famílias referenciadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Famílias carenciadas; ▪ Famílias disfuncionais; ▪ Violência doméstica; ▪ Fracas competências parentais das Famílias; ▪ Alguns indivíduos dependentes de álcool. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento pelos Serviços de Ação Social, Segurança Social, CLDS-4G, CPCJ de Sardoal e UCSP (Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados) de Sardoal; ▪ Intervenção integrada, trabalho em parceria de forma à resolução dos problemas identificados.
Educação e Cidadania	Desenvolvimento da cidadania democrática	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixo nível de escolaridade e profissional; ▪ Fraco e/ou inexistente voluntariado no concelho; ▪ Necessidade de formar indivíduos para prestarem cuidados no âmbito do 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Espaços dirigidos a jovens (biblioteca, espaço internet, centro cultural, associações desportivas e culturais, Ponto Já, etc.).

		cuidador informal.	
Qualificação e Emprego	Manutenção do emprego; Aumento do nível de qualificação da população do Concelho	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desemprego; ▪ Dificuldades em integrar beneficiários de Rendimento Social de Inserção; ▪ Fraca rede de transportes públicos que dificultam a integração de algumas pessoas no contexto profissional; ▪ Desconhecimento das áreas económicas que poderão ser introduzidas no Concelho (microempresas); ▪ Estrutura Empresarial débil; ▪ Constrangimentos à instalação de empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ População ativa, capaz de repor a mão-de-obra que se foi afastando do mercado de trabalho, devido à idade; ▪ Programas de emprego e formação;

<p>Habitação, Urbanismo e Reabilitação</p>	<p>Melhoria das acessibilidades, espaços públicos e condições de habitabilidade das famílias</p>	<ul style="list-style-type: none">▪ Degradação do parque habitacional;▪ Barreiras arquitetónicas;▪ Fraca e/ou inexistente oferta de habitação para fixação de mais habitantes no Concelho;▪ Revisão do PDM (Plano Diretor Municipal).▪ Baixa Densidade Populacional;▪ Desertificação Humana;▪ Acentuado envelhecimento da população;▪ Despovoamento de alguns aglomerados rurais;▪ Custo elevado de rendas/habitações. <p>▪ Forte preservação do património histórico e cultural</p>
----------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Terceira Idade e Envelhecimento	Melhoria do bem-estar social dos idosos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Abandono Familiar aos Idosos; ▪ Idosos isolados; ▪ Fraco apoio aos idosos do Concelho, na sua habitação e na vida diária; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fraca cobertura concelhia ao nível das IPSS's e instituições com respostas sociais (Apoio domiciliário e Centro de Dia); ▪ Promover o programa Cuidador Informal.
Equipamentos Sociais	Melhoria da rede de equipamentos sociais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fraca cobertura de equipamentos sociais de Apoio à Terceira Idade - Valência ERPI; ▪ Inexistência de Rede de Cuidados Continuados Integrados; ▪ Fracos apoios financeiros para os equipamentos sociais; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliação das valências de ERPI nas instituições concelhias
Saúde	Promoção de melhores condições de vida	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fraca resposta no apoio psicológico às crianças, jovens, idosos e comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cedência de habitação para médico; ▪ Projetos de Prevenção de saúde nas



		<p>em geral;</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Fraca resposta no apoio a doentes do foro mental.	<p>escolas.</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Existência da Unidade de Cuidados na Comunidade
--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Avaliação

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Sardoal, tem a duração de três anos, podendo ser reajustado consoante as necessidades identificadas no decorrer da intervenção, ou quando identificadas outras problemáticas, exigindo uma intervenção rápida e oportuna.

A implementação e avaliação das ações ficam a cargo dos parceiros do CLAS.

A avaliação deve ser entendida como um processo de reflexão sobre a ação, servindo de ponto de partida para o planeamento de ações futuras.

Ajuda a planear e qualificar a intervenção, gerando informações e conhecimentos de suporte às decisões que contribuam para aumentar a eficácia, qualidade e eficiência da intervenção local.

É um processo através do qual se obtém informações que dão conta dos resultados alcançados, da eficácia da intervenção, dos obstáculos que se colocam à implementação da intervenção.

Analisa a performance da Rede Social, verificando em que medida a implementação/funcionamento da Rede Social, decorreu conforme estava previsto, verificando o seu impacto na realidade social concelhia, comparando a situação atual e a avaliação realizada anteriormente, de forma a avaliar se os objetivos foram atingidos.

Pretende desenvolver-se uma avaliação participativa, interna, envolvendo simultaneamente a multiculturalidade dos “olhares” sobre a condução dos processos de intervenção e uma nova democraticidade que é exigida à ação pública.



O principal objetivo deste Plano de Desenvolvimento Social é criar, fomentar e implementar uma cultura de planeamento integrado e participado do desenvolvimento social, valorizando os recursos locais do concelho de Sardoal, a fim de se obter melhores soluções ao nível local.



Bibliografia

- Diagnóstico Social do Concelho de Sardoal;
- Instituto da Segurança Social, I.P. – www.seg-social.pt;
- Plano de Ação 2015, 2016, 2017, 2018, 2019;
- Referencial Estratégico 2012/2015 e 2016/2019.